



***INCLUSÃO, CURRÍCULO E PLANEJAMENTO: INTERSECÇÕES COM A
EDUCAÇÃO INCLUSIVA***

***INCLUSIÓN, CURRÍCULO Y PLANIFICACIÓN: INTERSECCIONES COM
LA EDUCACIÓN INCLUSIVA***

***INCLUSION, CURRICULUM AND PLANNING: INTERSECTIONS WITH
INCLUSIVA EDUCACION***

*Paulo Roberto Dalla Valle*¹

RESUMO

As discussões na perspectiva da educação inclusiva interseccionando diálogo com o planejamento, currículo, diferenças e diversidade têm constituído pauta recorrente no contexto educacional. Nesta perspectiva, o artigo apresenta uma reflexão crítica sobre estes elementos, discutidos e sistematizados na disciplina de Currículo e elaboração de projetos para educação inclusiva, no programa de Pós-Graduação em Educação Inclusiva da Universidade do Estado de Santa Catarina, a partir do diálogo entre alguns referenciais teóricos com um curta-metragem que propõem refletir e dialogar com os elementos que fazem parte do cotidiano escolar. A reflexão sobre esta intersecção aponta para a necessidade de repensar as práticas escolares, buscando dinamizar processos reflexivos sobre a prática pedagógica dos professores, bem como, a necessidade de repensar o planejamento e o currículo na perspectiva da educação inclusiva, reconhecendo, neste contexto, que a proposição e organização de grupos de estudos se apresenta como uma possibilidade para qualificar estes processos.

PALAVRAS-CHAVE: Educação inclusiva, Currículo. Planejamento, Inclusão.

RESUMEN

Las discusiones desde la perspectiva de la educación inclusiva intersectando el diálogo con la planificación, el currículo, las diferencias y la diversidad han sido una agenda recurrente en el contexto educativo. En esa perspectiva, el artículo presenta una

¹ Doutorando em Educação na Universidade do oeste de Santa Catarina (UNOESC) com bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC). Mestre em Educação pela Universidade Comunitária de região de Chapecó (UNOCHAPECÓ). Discente no curso de Pós-Graduação lato sensu em Educação Inclusiva na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Membro do grupo de Pesquisa: Formação e Práticas de Ensino- UNOESC- Joaçaba.

reflexión crítica sobre estos elementos, discutidos y sistematizados en la disciplina de Currículo y elaboración de proyectos para la educación inclusiva, en el Programa de Posgrado en Educación Inclusiva de la Universidad del Estado de Santa Catarina, a partir del diálogo entre algunos referentes teóricos con un cortometraje que propone reflexionar y dialogar con los elementos que forman parte del cotidiano escolar. La reflexión sobre este cruce apunta para la necesidad de repensar las prácticas escolares, buscando dinamizar procesos reflexivos sobre la práctica pedagógica de los docentes, así como la necesidad de repensar la planificación y el currículo desde la perspectiva de la educación inclusiva, reconociendo en este contexto que la proposición y la organización de grupos de estudio se presenta como una posibilidad para cualificar estos procesos.

PALABRAS-CLAVE: Educación inclusiva, Currículo. Planificación, Inclusión.

ABSTRACT

Discussions from the perspective of inclusive education intersecting dialogue with planning, curriculum, differences and diversity have been a recurring agenda in the educational context. In this perspective, the article presents a critical reflection on these elements, discussed and systematized in the discipline of Curriculum and elaboration of projects for inclusive education, in the Postgraduate program in Inclusive Education of the University of the State of Santa Catarina, from the dialogue between some theoretical references with a short film that propose to reflect and dialogue with the elements that are part of the school routine. The reflection on this intersection points to the need to rethink school practices, seeking to dynamize reflective processes on the pedagogical practice of teachers, as well as the need to rethink planning and curriculum from the perspective of inclusive education, recognizing in this context that the proposition and organization of study groups is presented as a possibility to qualify these processes.

KEYWORDS: Inclusive education, Curriculum. Planning, Inclusion.

Introdução

Pensar e propor a escola como um espaço democrático em que a diversidade e as diferenças, presentes em seu cotidiano, sejam respeitadas, constitui-se em um desafio emergente em um contexto histórico conturbado, marcado por intolerância, discurso de ódio, desrespeito as diferenças, bem como, pelos constantes ataques e tentativas de segregação e exclusão presentes nas propostas vinculadas à educação no contexto brasileiro.

As iniciativas propostas para mitigar os efeitos nefastos provocados por um contexto político e ideológico totalmente incoerente com os propósitos de uma educação crítica e emancipatória, apresentam-se como possibilidades a serem exploradas e incorporadas no contexto escolar, de modo em que estas ações possam

favorecer e instigar alunos, professores e toda a comunidade escolar a posicionarem-se de forma crítica e em respeito à diversidade em seu entorno.

Nesta esteira, é preciso vislumbrar os horizontes a serem explorados, buscando subsidiar, via escola, caminhos a serem percorridos, dinamizando ações pedagógicas que possibilitem aos estudantes situarem-se e compreenderem-se em um espaço de produção e socialização do conhecimento em que os sujeitos representam a construção histórica, refletindo as marcas de seu contexto cultural.

Dentre as possibilidades vislumbradas e buscando sistematizar algumas possibilidades de (re)pensar o contexto escolar como um espaço em que as diferenças não promovam a exclusão e sim a aproximação, instigando o respeito e a valorização de todos, aproximando-os nas diferenças e não classificando-os, situamos nossa reflexão crítica a partir da intersecção das contribuições de um curta-metragem com o diálogo que emerge de algumas contribuições teóricas, de modo que esta aproximação possa subsidiar novas projeções, iniciativas e ações na perspectiva da educação inclusiva.

O texto em tela não tem a pretensão de esgotar o debate, tampouco apresenta-se como um elixir diante das mazelas em um contexto marcado por contradições, problemas sociais, culturais, socioeconômicos e por desafios que tornam o mesmo, muitas vezes, ainda excludente, razão pela qual é preciso pensar as relações que se estabelecem neste território de modo a favorecer a reflexão sobre caminhos a serem explorados para sensibilizar a todos, perspectivando criar um espaço que promova a inclusão de todos, respeitando e considerando suas particularidades.

Assim, apresentamos uma reflexão crítica sobre a aproximação entre um curta-metragem que converge e dialoga com alguns referenciais teóricos, buscando contribuir para colocar em debate no contexto escolar a necessidade de tornar a escola, sua prática e seu entorno, em espaço que prevaleça o respeito, a valorização e a humanização, sem classificá-los, diferenciá-los ou excluí-los. Desta forma, o texto em tela representa a possibilidade de promover a aproximação de qualificar a intersecção em processos de reflexão e pesquisa com o cotidiano escolar.

Neste sentido, nos movemos a partir das reflexões e provocações de um programa de pós-graduação *lato sensu* em educação inclusiva, a fim de contribuir para alicerçar práticas na escola que possibilitem (re)pensar, ressignificar e revisitar seu currículo, seu planejamento e sua organização em um espaço inclusivo a partir da articulação com contribuições de um pequeno curta-metragem em consonância com contribuições teóricas.

Breves contextualizações entre inclusão, currículo e planejamento: desafios emergentes na perspectiva da educação inclusiva²

Partindo da indispensabilidade de situar a reflexão em torno de alguns elementos que compõem o escopo deste texto, os quais dialogam com o referencial e o currametragem, faz-se necessário delimitar a perspectiva e as concepções que nos orientam diante da complexidade vislumbrada em relação às práticas e tensões que permeiam a escola e seu entorno.

Por educação, na perspectiva inclusiva, compreendemos “o paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação a ideia de equidade formal” (BRASIL, s/n, 2008). Assim, a concepção de educação inclusiva com a qual dialogamos e consideramos próxima a contextualização e reflexão a que nos propomos, expressa sentidos e significados que devem ser compreendidos e assimilados para mobilizar rupturas e promover novas percepções e ações no sentido de considerar todos os sujeitos no processo de ensino e aprendizagem.

Assim, a educação inclusiva toma por ponto de partida que deficiência se intersecciona com as dimensões de gênero, raça, etnia e classe social e, como em um caleidoscópio, mostra-se com diversificada combinação de formas (BRASIL, 2008), que se articulam em torno de objetivos comuns, dentre eles, o de acolher e respeitar a todos indistintamente, tornando o processo formativo um ato contínuo de sensibilização e mobilização de novas concepções e posturas diante das intransigências e afrontas que se observam, incentivadas no atual contexto político por um discurso de ódio e desrespeito aos direitos humanos.

Ao referenciar e acolhermos o exposto acima, buscamos nos distanciar da percepção de segregação e integração ainda presentes no contexto escolar e que, a nosso ver, precisam ser superadas, uma vez que a integração é baseada na normalização da presença dos sujeitos no ambiente escolar e a segregação no afastamento ou classificação que orienta e faz parte deste espaço, contribuindo, assim, para impedir que

² Para melhor compreensão, nos referimos neste texto às concepções de inclusão, currículo, planejamento e educação inclusiva em sentido amplo, sendo que em alguns momentos dialogamos e fazemos referência ao contexto da educação especial no contexto escolar. Nos situamos, desta forma, entre concepções, compreensões que se interseccionam ao longo do texto, mas com a pretensão de contemplar a percepção abrangente sobre a temática proposta.

a escola e suas práticas se organizem em torno da garantia das oportunidades de igualdade durante o processo formativo.

Comumente associada aos alunos com deficiência ou transtorno, a concepção de educação inclusiva aqui adotada contempla, de forma mais abrangente, todos os sujeitos que fazem parte do cotidiano escolar, independentemente de sua idade, raça, religião ou etnia, acolhendo e respeitando todas as diferenças, perspectivando que todos tenham oportunidades iguais e estratégias diferentes para desenvolver seu potencial. Em outras palavras, concebemos que todos têm o direito de apropriar-se do conhecimento através do processo de ensino e aprendizagem, utilizando-se de estratégias que garantam essa interação de acordo com suas necessidades, ou seja, todos devem ter o direito de aprender em igualdade de condições.

A escola, nesta perspectiva, precisa rever sua proposta pedagógica, uma vez que a educação inclusiva perpassa por todos os níveis e modalidades de ensino, transversalizando todo o processo formativo do aluno, complementando ou suplementando o processo de ensino e aprendizagem, de forma articulada com todo o trabalho realizado em sala de aula, considerando, assim, que a diferença é uma característica humana e, como tal, necessita de uma diversidade de estratégias pedagógicas para que todos possam aprender. Ao admitir e estruturar-se em torno desta proposta, a escola contemplará *a priori* a diversidade presente, com vistas a promover práticas educacionais próximas a perspectiva inclusiva.

Assim, comungamos com a Mantoan (2003) que

[...] a escola não pode continuar ignorando o que acontece ao seu redor nem anulando nem marginalizando as diferenças nos processos pelos quais forma e instrui os alunos. E muito menos desconhecer que aprender implica ser capaz de expressar, dos mais variados modos, o que sabemos, implica representar o mundo a partir de nossas origens, de nossos valores e sentimentos (MANTOAN, 2003, p.12).

Afinal, pensar a escola na perspectiva da inclusão como princípio de igualdade, de direito e respeito, requer pensar essencialmente sua concepção pedagógica, sua organização, seu currículo e requer que os professores se permitam pensar e desenvolver práticas que favoreçam o acolhimento e reconheçam os sujeitos que dela façam parte, num constante movimento de ressignificação de concepções, práticas e entendimentos em torno do que se concebe como inclusão.

Nesta esteira, nos aproximamos da concepção de inclusão como sendo

[...] um princípio ideológico em defesa da igualdade de direitos e do acesso às oportunidades para todos os cidadãos, independentemente, das posses, da opção religiosa, política ou ideológica, dos atributos anatomofisiológicos ou

somatopsicológicos, dos comportamentos, das condições psicossociais, socioeconômicas e da afiliação grupal. Trata-se de um imperativo moral inalienável nas sociedades atuais (OMOTE, 2003, p. 154).

Diante do exposto, convém destacar que a escola, em sua essência, diante da perspectiva inclusiva, tende a repensar questões amplas que, além de suas concepções de função social, de homem, de sociedade, de objetivos, de práticas pedagógicas, requerem repensar, revisitar e ressignificar seu currículo e seu planejamento. Este movimento requer que todos os envolvidos tenham compreensão ampla sobre as possibilidades e necessidades que se apresentam quando aceitam propor um espaço de construção coletiva, de transformação e não apenas de registros, construções e alicerces teóricos, mas sim, de mudanças da práxis como fundamento determinante para explorar novos horizontes.

Convém destacar, nesta esteira, que estamos inseridos em uma sociedade e em um sistema educacional que reproduz concepções, ações e práticas que se constituem a partir de elementos sociais e culturais em que

[...] há algo que nos aproxima que nos identifica como pessoas. Estamos incluídos nessa sociedade humana pelo princípio da identidade, mas podemos ser excluídos pelo princípio da diversidade sempre que a diversidade resulte em discriminação. Aí reside a nossa contradição. Temos que discutir a inclusão, porque há uma sociedade excludente, que dicotomiza identidade e diversidade (MATOS, 2013, p. 56).

A dinâmica que move e organiza a escola e a sociedade a partir das contribuições de Matos (2013) deve convergir na direção e nas práticas de aceitação e acolhimento as diferenças, articulando-se em torno de um caminhar contemplativo, em que cada sujeito possa sentir-se pertencente ao espaço e tempo em que estiver inserido.

A percepção de identidade e pertencimento, observadas a partir de Matos (2013), representam o que compreendemos como princípio norteador e orientador das relações que se estabelecem em sociedade e, também, na escola. Neste espaço, os sujeitos constroem e estabelecem novas relações e, para tanto, necessitam ser acolhidos e integrados em todas as práticas propostas para que possam desenvolver-se através da interação e do acesso ao conhecimento a partir de um processo formativo que promova a inclusão destes à sua rotina pedagógica.

Para que a inclusão ocorra de fato, além de acolher as diferenças é preciso que a escola repense os processos já institucionalizados, através de um projeto de reflexão em torno de uma proposta pedagógica articulada com a possibilidade de enfrentar as resistências culturais e pedagógicas, requerendo, para isso, a prática constante de planejamento articulado a um rearranjo curricular.

O planejamento escolar, diante deste contexto, apresenta-se como uma ferramenta indispensável para promover a aproximação entre os objetivos propostos a fim de atribuir

sentido, significado e visibilidade às ações educativas na perspectiva inclusiva, potencializando, assim, a sistematização e a organização de um contexto em que as práticas pedagógicas possibilitem pensar as singularidades, tornando-as realizáveis por todos. Para tanto, é preciso que o professor e a escola assumam um compromisso dentre eles, o de constantemente refletirem sobre os elementos que compõem a sua prática (LEAL, 2005), bem como, espera-se que o professor desenvolva a percepção acerca das complexas habilidades que envolvem o processo de ensino e aprendizagem e as melhores maneiras de orientá-los para uma prática assertiva (SACRISTAN, 2006).

É nesta direção que se move e se vislumbra a necessidade de repensar como ocorre o planejamento no contexto escolar diante da pluralidade que caracteriza e se faz presente, indagando-se sobre a intencionalidade deste processo e o efetivo alcance das proposições delineadas. O planejamento assume um papel de orientador para a ação, mas, como tal, não é determinante para que, no decorrer de uma aula, projeto, atividade, se estabeleçam e se apresentem novos elementos, pois este liga a realidade existente à realidade que se pretende alcançar, onde se busca antecipar a realidade, e isso exige uma transposição do estado que se encontra para ir em direção de objetivos a serem alcançados.

Na perspectiva inclusiva, o planejamento proposto pela escola, que deve estar contemplado em seu Plano Político Pedagógico (PPP), bem como, o planejamento das atividades dos professores, devem contemplar e considerar as interfaces que compõem a dinâmica e a diversidade escolar. Um planejamento que não inclui a todos e que não valoriza as diferenças, apresenta fragilidades, tanto sobre a concepção sobre os elementos que constituem este espaço, quanto a compreensão de seus proponentes.

Articular o currículo, o planejamento e a inclusão, constitui-se em uma empreitada que, apesar das adversidades e resistências, necessita ser enfrentada, percorrendo pelos meandros que podem descortinar cenários e ampliar horizontes em torno de novas perspectivas.

É neste contexto provocativo e reflexivo que o currículo desempenha um papel fundamental na perspectiva da educação inclusiva, pois, através de sua organização e sistematização, poderá delinear e orientar os rumos do planejamento e da articulação em torno da prática pedagógica dos professores. Contudo, como destaca Apple (2013, p. 71), “o currículo nunca é apenas um conjunto neutro de conhecimentos, que de algum modo aparece nos textos e nas salas de aula de uma nação”, ele se constitui em resultado de um campo de disputas, de seleção, tensão, conflitos e, como tal, se caracteriza de acordo com o jogo de interesses e do contexto em que se situa. No entanto, cabe à escola, professores e gestores, articularem-se para desenhar e aproximar o mesmo da realidade e das expectativas da comunidade escolar.

Na mesma direção, Esteban (2004, p. 164) destaca que “a posição entre inclusão e exclusão, entretanto, também não atende completamente às exigências do processo pedagógico incorrido em um movimento amplo comprometido com a democratização da sociedade”, e não

apenas da sociedade, mas sim, de todas as relações que se interseccionam para dar sentido e possibilidade aos sujeitos. Na escola, observa-se a necessidade de [...] indagar como e por que a tensão exclusão/inclusão e os processos instituídos para sua administração são produzidos e atravessam as práticas escolares” (ESTEBAN 2004, p, 165).

Ao discutir sobre os processos de exclusão/inclusão, que ocorrem no contexto escolar, colocamos em questionamento como o currículo e o planejamento são concebidos, pensados e ressignificados diante da complexidade que apresenta diferentes identidades, interfaces. Para tanto, é preciso compreender e considerar a necessidade de democratizar o espaço escolar em que persiste a cultura da heterogeneidade, urge, no entanto, a necessidade de “[...] aprender a conviver com democracia e solidariamente com as diferenças” (ESTEBAN, 2004, p. 171), o que implica em [...] “redefinir as práticas pedagógicas, predominantemente configuradas pela ideia de homogeneidade” (ESTEBAN, 2004, p. 171).

Assim, recorremos às contribuições de Bonetti (1988, p. 15), para entender a concepção de exclusão, ao destacar que

[...] excluir significa expulsar do mundo dominante, significa, literalmente, pôr para fora dos parâmetros e das normas que regem as relações sociais, é não apenas marginalizar e sim desconsiderar a existência humana. Excluir significa criar e perpetuar condições sociais que tornam permanente o ato de morrer.

A escola, no entanto, não pode cultivar e reproduzir práticas que marginalizem a existência das diferenças e que reforcem a exclusão. Esta, precisa articular-se em torno de práticas que favoreçam processos inclusivos, acolhedores e que proporcionem a interação, a participação e o protagonismo de todos, acolhendo a diversidade com elemento presente e necessário em todos os contextos.

As ambivalências, barreiras, práticas excludentes, classificatórias, que vislumbramos na sociedade e, por conseguinte, no cotidiano escolar, representam a necessidade de enfrentarmos o que Roudinesco (2007), define como um processo de travessia de tormenta. Travessia, pois é preciso enfrentar, transpor e resistir às práticas de exclusão, de marginalização e tormenta, visto que nos situamos em um contexto de afrontas, desrespeito, exclusão e violação frente às conquistas históricas dos direitos humanos e da humanização das relações sociais e culturais.

Assim, como destacam Haddad e Graciano (2006, p. 5),

O movimento da sociedade civil nos últimos anos vem produzindo e constituindo novos direitos, na defesa e no respeito às diferenças e pela superação das desigualdades. Quando estudamos e trabalhamos do ponto de vista educacional, dos seus indicadores as desigualdades estão claramente marcadas, no tratamento desigual destinado às faixas etárias, nas questões de gênero, de etnia e raça, nos grupos vulneráveis, o rural, o urbano. Temos que

mostrar que o educando, o estudante, tem cor, tem sexo, um lugar social em que ele está inserido, além de sua condição de classe social.

A compreensão de igualdade, diferença e respeito ganha novos olhares, sentidos e significados quando compreendemos a relevância deste processo para tornar a escola e a sociedade em espaços cada vez mais humanizados, necessários ao pleno desenvolvimento de todos. Assim,

A igualdade que pleiteamos só pode ser alcançada se as diferenças forem preservadas e respeitadas, porque a efetiva cidadania só poderá acontecer sem os processos de exclusão que existem entre a população. A exclusão se converte em desigualdade pela negação dos direitos à educação, à saúde, à moradia, à cultura e ao lazer na sociedade civil (ABRAMOWICZ et al. (2011, p. 121).

Neste sentido, nos movemos em pensar a escola e suas práticas como referências para repensar os processos que se efetivam e dinamizam novas relações, capazes de estabelecer novas perspectivas e quebra de paradigmas que se apresentam historicamente em um espaço de disputas, classificação e exclusão.

Por fim, Gomes (2007, p. 22-23), corrobora, destacando que,

Trabalhar com a diversidade na escola não é um apelo romântico do final do século XX e início do século XXI. Na realidade, a cobrança hoje feita em relação à forma como a escola lida com a diversidade no seu cotidiano, no seu currículo, nas suas práticas, faz parte de uma história mais ampla. Tem a ver com as estratégias por meio das quais os grupos humanos considerados diferentes passaram cada vez mais a destacar politicamente as suas singularidades, cobrando que as mesmas sejam tratadas de forma justa e igualitária, desmistificando a ideia de inferioridade que paira sobre algumas dessas diferenças socialmente construídas.

Considerando as breves reflexões apresentadas sobre um contexto marcado por desafios, demandas e barreiras em relação à uma educação inclusiva de todos, apresentamos, a seguir, uma análise reflexiva, interseccionando contribuições teóricas com elementos de um curta-metragem que representam o diálogo necessário com os apontamentos acima, a partir das reflexões provocadas em um curso de especialização em educação inclusiva, que se propõem a pensar a escola como um espaço inclusivo.

A educação inclusiva na escola: barreiras, desafios e possibilidades

Compreendendo que a escola e seu entorno são espaços dinâmicos, em que a diversidade e as diferenças configuram-se como elementos comuns e, ao mesmo tempo, complexos, faz-se necessário refletir como tornar as práticas e relações que se estabelecem neste contexto cada vez mais acolhedoras e democráticas.

Neste sentido, nos sensibilizamos em compreender quais recursos podem mobilizar e sensibilizar alunos, professores e demais envolvidos neste contexto para torná-lo um território de inclusão das diferenças, enfrentando e dissipando o paradigma do preconceito, exclusão e desrespeito, por compreendermos que este espaço deve possibilitar que todos os sujeitos que dele fazem parte possam ter seus direitos respeitados e que possam dele se sentir pertencentes.

Para tanto, buscamos refletir sobre o curta-metragem de animação³ “Inclusão” que apresenta como personagem principal uma “Bola”, situando-a em um contexto em que a mesma encontra dificuldades para encaixar-se em diferentes espaços e tempos, dadas as suas características que não foram “projetadas” para fazer parte ou interagir com os elementos apresentados nas cenas.

A falta de “compatibilidade” da protagonista do curta-metragem com as diferenças apresentadas em espaços que se movem para que a mesma seja repelida, nos possibilita perceber, de forma bem explícita, que as relações que se apresentam nas cenas têm como propósito impedir que a “Bola” se adeque ou permaneça nos ambientes, processo que se caracteriza como exclusão.

Ao transitar, buscar permanecer e fazer parte de uma realidade, a “Bola” sente que, apesar de lhe ser permitido mover-se de um espaço para outro, os elementos que interagem e caracterizam aqueles espaços buscavam impedi-la de ali permanecer. Assim, de forma clara, observa-se que o “problema” que o autor do curta propôs-se a evidenciar é que, apesar de poder mover-se por espaços projetados para seu deslocamento, a sua permanência não era permitida.

O enredo apresentado evidencia que o poder da exclusão, da não aceitação e do não acolhimento às diferenças contribui para que diferentes atores em contextos distintos encontrem resistência para fazer e estar presente em qualquer lugar. Apesar da

³ O vídeo curta-metragem de animação com o título “Inclusão” (original), produzido e estrelado no Brasil, em 2010, é de autoria e direção de Rogério Weikersheime, livre para todas as categorias, tem duração de seis minutos e esta disponível em, <https://www.youtube.com/watch?v=KWUhZyzhIQ>. O curta conta, através de uma animação, a história de uma bolinha que tenta se relacionar, porém, é rejeitada por ser de cor, estampa e/ou formato diferente dos candidatos à amizade. As provocações e reflexões que o vídeo proporciona, de forma animada, representam potenciais recursos a serem explorados e trabalhados no contexto escolar para sensibilizar a todos sobre inclusão, discriminação, preconceito, entre outros conceitos e práticas presentes no cotidiano escolar.

narrativa ser apresentada em um espaço dinâmico e interconectado com elementos geométricos, o desfecho da história apresenta incongruências e evidencia que as diferenças, apesar das ressonâncias, não se articulam para promover a inclusão da “Bola”, obrigando-a, constantemente, a buscar outros espaços.

De mesmo modo, os tencionamentos provocados pela pouca interação com os demais elementos do vídeo permitem identificar, entre outras possibilidades de interpretação e compreensão, que mesmo pertencendo a uma configuração dialógica entre figuras geométricas, a aproximação entre alguns sólidos geométricos acaba por excluir outros. Este fato indica que, apesar de fazer parte de um contexto, nem todas as peças se articulam no sentido de aceitar todos como pertencentes ao grupo.

Ao contextualizar e aproximar o exposto pelo curta-metragem com o cotidiano escolar, podemos observar o quanto a escola precisa avançar e ampliar sua concepção sobre inclusão e práticas inclusivas, a começar pela organização curricular e pela prática pedagógica dos professores que necessitam qualificar seu fazer pedagógico com uma prática em que os alunos público-alvo da educação especial tenham os mesmos direitos de aprendizagem que os demais, fazendo-se necessário que adaptações e flexibilizações curriculares sejam promovidas para que todos tenham a possibilidade de aprender.

Em que pese pensar a escola e seus espaços aproximando-se da realidade exposta no curta-metragem, convém pensar como a mesma tem se organizado para acolher as diferenças. A partir desta reflexão desdobram-se outras questões e inquietações que merecem ser discutidas na perspectiva de uma escola e ambiente inclusivos.

Entre as questões que se apresentam, pode-se destacar aproximando-se das contribuições com o curta-metragem, objeto de nossa análise: Como as escolas têm buscado romper com as barreiras estruturais que impedem ou dificultam o acesso de crianças com deficiência física? De que forma as práticas pedagógicas têm contribuído para efetivar uma formação crítica diante das vivências excludentes? Quais os projetos, programas e discussões transversalizam os componentes curriculares e dialogam com as necessidades emergentes com vistas a uma educação e um ambiente menos excludentes? O que a escola tem feito para diminuir e/ou extirpar o preconceito, o racismo e qualquer forma de discriminação ou exclusão presente em espaço, vivências e práticas? Qual a concepção de inclusão, diversidade, diferença, igualdade e respeito tem sido construída e inserida no ambiente escolar? Por fim, quais ações desenvolvidas

dialogam e sensibilizam os segmentos que compõem o cotidiano da escola para torná-lo democrático?

As questões acima apresentam-se como basilares e fundantes, diante de um cenário que vem se constituindo historicamente marcado por práticas e discussões sobre como organizar-se com o objetivo de considerar e respeitar as diferenças. Contudo, é preciso ampliar a compreensão e sair do campo das discussões teóricas e promover efetivamente ações que mobilizem os segmentos que fazem parte do dia a dia da escola, de modo que estes possam, a partir da sensibilização, reavaliar sua postura, concepção e ressignificar suas ações diante das práticas discriminatórias e excludentes.

Na mesma direção, vislumbra-se a necessidade de revisitar a organização do fazer pedagógico dos professores, instigando-os a refletirem sobre as relações e dinâmicas necessárias para um processo de ensino e aprendizagem que contemple a diversidade, possibilitando enfrentar as dificuldades encontradas neste processo com a inclusão de alunos com deficiência no contexto escolar. Esta realidade permeia diferentes espaços e tempos e tem exigido cada vez mais esforços das equipes e segmentos responsáveis pela gestão educacional em proporcionar que os alunos com deficiência tenham, em seu percurso formativo, o acesso ao conhecimento e atividades de forma que estes possam apropriar-se de acordo com a suas possibilidades de aprendizagem.

Talvez umas das tarefas mais complexas no contexto escolar seja a de superar a ideia de que todos façam as mesmas atividades sem considerar as particularidades dos alunos. Assim, é preciso superar a concepção de que os alunos público-alvo da educação especial sejam considerados alunos dos segundos professores (ou outra nomenclatura designada de acordo com o sistema de ensino), e sim de que todos os alunos são alunos de todos os professores.

Este processo de transferência de responsabilidade em relação aos alunos público-alvo da educação especial apresenta semelhanças com o curta-metragem, uma vez que, apesar de transitar pelos meandros de um contexto composto por pares, a protagonista não encontra espaço em que pudesse acomodar-se e efetivamente fazer parte. De forma análoga, é isso que acontece muitas vezes na escola. Por mais que os professores titulares/regentes compreendem e considerem o aluno como partícipe de um contexto, acabam por deixá-los sob a responsabilidade dos profissionais disponibilizados para atender às suas necessidades.

Aliado ao exposto, é preciso avançar e qualificar a reflexão sobre como a escola e seu entorno maximizam e potencializam o debate sobre a percepção de todos sobre o respeito às diferenças, à diversidade e a pluralidade existentes no contexto escolar. Desta forma, e em ressonância com as reflexões e provocações apontadas anteriormente, convém considerar que a diversidade com a qual dialogamos e que compõe a escola se amplia à medida que compreendemos que todos apresentam singularidades que os tornam efetivamente merecedores de um olhar humanizado, pois, não temos como dispensar o mesmo olhar diante da subjetividade que compõe os sujeitos.

A escola, enquanto espaço de formação dos sujeitos, deve articular-se de modo a permitir que todos sejam respeitados e possam se constituir a partir das interações e dinâmicas que estabelecem. Para tanto, necessita promover ações que possibilitem a reflexão crítica sobre as relações que se estabelecem e compõem o seu dia a dia, instigando-os a sensibilizarem-se de que as diferenças fazem parte do cotidiano em diferentes espaços e, portanto, devem ser respeitadas.

Especialmente no contexto da inclusão, é preciso que a escola elimine as barreiras estruturais e físicas como uma das atividades essenciais para que todos tenham acesso a todos os espaços, tal como percebemos no curta-metragem. Porém, essencial mesmo, é que a escola promova a interação, desenvolva o senso crítico de socialização, respeito e supere as barreiras atitudinais, promovendo, assim, a inclusão de todos em seu cotidiano, fatos que não foram observados no curta-metragem, evidenciando, assim, fragilidades no diálogo estabelecido. Talvez a intenção dos autores fosse justamente chamar atenção a este fato, destacando, dessa forma, que o contexto escolar precisa potencializar e ampliar o debate em torno dos processos de sensibilização necessários diante de todo e qualquer tipo de discriminação, preconceito ou exclusão.

O curta-metragem, neste sentido, busca sensibilizar e promover a reflexão sobre como são estabelecidas ações de inclusão e exclusão em um contexto que se aproxima do cotidiano escolar. Vislumbram-se, pois, nas relações escolares, práticas de exclusão, de desrespeito, de não aceitação e de preconceito, quando professores e alunos em suas práticas, ações, percepções, aceitação e falta de interação não incluem aqueles que, por diferentes motivos, não se enquadram naquilo que por eles é considerado igual.

Diante desta percepção, faz-se necessário ampliar e qualificar a compreensão das relações que se estabelecem no contexto escolar, na prática e nas ações, possibilitando reconhecer que as diferenças fazem parte de seu cotidiano e complementam as

igualdades, levando-os a perceberem que a pluralidade e a diversidade, presentes em seu cotidiano, são capazes de ocupar os mesmos espaços, constituindo-se, assim, em mecanismos que proporcionam novos caminhos a serem explorados.

Para que isso torne-se uma realidade e contribua para ações de inclusão como parte de seu cotidiano, o sistema de ensino, e em especial a escola, precisa estabelecer, em seu currículo, concepções, compreensões e práticas que promovam a aproximação com os processos de inclusão e de respeito, enfrentando as barreiras sociais, culturais e políticas que permeiam este espaço de formação, alicerçando-se e estabelecendo, assim, um currículo flexível, crítico, reflexivo e não reprodutor de um sistema que visa o resultado.

Ao organizar, sistematizar e propor um currículo voltado a atender as demandas da escola, pensando as diferenças, faz-se necessário não uma mudança radical, mas sim, contemplar compreensões iniciais sobre o próprio sentido e significado que devem ser percebidos em torno de uma proposta de educação inclusiva, garantindo-se, assim, o acesso ao conhecimento e respeito às limitações e necessidade de cada aluno.

Emergem, neste contexto, alguns questionamentos a respeito do currículo no contexto escolar na perspectiva inclusiva. Que currículo temos? Que práticas pedagógicas têm sido desenvolvidas nas escolas com base no currículo e concepção de educação, sociedade e educação inclusiva? De que forma a escola pode se organizar e propor ações que tornem este currículo de fato inclusivo?

As questões que se apresentam representam, entre outros fatores, preocupações que circundam o contexto escolar e têm, ao longo do tempo, provocado inquietações sobre a organização e a articulação da escola com vista a promover um ambiente de respeito e consideração às diferenças. Contudo, observa-se que imperam, ainda, práticas que reforçam a ideia de que a inclusão se caracteriza pelo “estar presente” e não pelas relações de acesso, permanência, apropriação e interação com os demais alunos, garantindo-lhes as mesmas possibilidades (adaptadas e flexibilizadas conforme o caso) de apropriar-se do conhecimento no percurso formativo.

Tal como afirmam Santos e Santiago (2010, p. 548), o currículo na perspectiva da inclusão precisa se articular em torno das dimensões, “da criação de culturas, a do desenvolvimento de políticas e a da orquestração das práticas de inclusão/exclusão no interior das instituições e sistemas”. Em consonância com os elementos apresentados pelo curta metragem, podemos observar o distanciamento das ações de sensibilização dos elementos sobre a cultura da inclusão presentes na cultura escolar.

Em que pese a aproximação do contexto e a realidade evidenciada no vídeo com as contribuições de Santos e Santiago (2011), observamos a existência de um distanciamento entre as percepções sobre o processo inclusivo. Enquanto o curta-metragem maximiza a exclusão numa perspectiva de falta de interação e não aceitação das diferenças, as autoras ressaltam e potencializam que as ações da escola, na perspectiva inclusiva, podem favorecer para uma dinâmica que promova a aproximação e o acolhimento das diferenças.

Contudo, é preciso retomar a ideia de que uma escola inclusiva não se caracteriza apenas por contemplar, em seu contexto, alunos com alguma deficiência ou transtorno, mas sim, é aquela que potencializa ações de respeito e acolhimento a toda e qualquer forma de segregação, dificuldade ou outra forma de caracterização de sujeitos que demonstram estar à mercê de um sistema que muitas vezes não identifica as diferenças presentes em seu interior e propõem uma organização que trata a todos da mesma forma.

Convém destacar, nesta esteira, que a concepção de educação na perspectiva inclusiva, a qual concebemos como necessária no contexto escolar, perpassa por outras demandas, contemplando toda e qualquer forma de exclusão, classificação e comparação que distancia os sujeitos neste espaço. Assim, a percepção e compreensão que consideramos necessária para o enfrentamento diante dos dilemas e dificuldades encontradas, cotidianamente, deve ser transversal, capaz de promover a equidade em suas ações.

De mesmo modo, é preciso compreender e refletir sobre o sentido e o significado de inclusão presentes na escola e seu entorno, avançando e superando a ambivalência de que “estar presente” e “fazer-se presente” têm o mesmo significado. Observamos, no vídeo, que o “estar presente” é reforçado e evidenciado pela possibilidade de a “Bola” transitar por entre os espaços, porém, isso não se constitui em uma prática de inclusão, onde o “fazer-se presente” é negligenciado pelo fato de não permitirem a sua participação e interação.

Por outro lado, Santos e Santiago (2011) reforçam a ideia de que a inclusão é um processo complexo, mas possível, desde que todos os atores do processo sensibilizem-se pela organização e práticas convergentes pela aceitação e respeito à diferença como a possibilidade de desenvolver um processo de ensino e aprendizagem que articule os diferentes saberes e possibilidades de enfrentamento às condições e limitações impostas, sendo necessário “[...] a (re) renegociação com a diferença para além de estereótipos

hierarquizantes, homogeneizadores e essencialistas” (SANTOS; SANTIAGO, 2011, p.560).

Assim, convém ampliar o debate no sistema educacional sobre a concepção de educação inclusiva e inclusão que tem orientado e delineado as ações de professores, equipe gestora e pedagógica, qualificando, assim, os processos em torno de sua organização, sendo necessário o enfrentamento e a superação ao discurso pedagógico e demagogo muito presente no cotidiano escola.

Na mesma perspectiva, podemos identificar que o curta-metragem apresenta elementos que se distanciam, e ao mesmo tempo se aproximam, das contribuições de Negri (2010). Distanciam-se ao evidenciar um processo de exclusão potencializado por não aceitar e contemplar a possibilidade da protagonista interagir com os pares, em um espaço que se articula e negligencia a possibilidade de interação, fato que Negri (2010) considera ser necessário nos espaços inclusivos, pois na percepção da autora, no processo de inclusão de uma educação na perspectiva inclusiva em que os sujeitos não conseguem interagir e estabelecer relações próximas.

Outro fator que reforça a contraposição entre o curta-metragem e as contribuições de Negri (2010) para compreender a inclusão como um processo que se estabelece (ou não) no contexto escolar, é sentido e significado de espaço democrático. Se, no curta-metragem, observamos elementos democráticos, mascarados pela possibilidade da protagonista transitar por espaços, na percepção de Negri (2010) acentua-se a necessidade da promoção de práticas democráticas em sentido amplo, alicerçadas pela superação do discurso teórico, mas fundamentado em ações inclusivas refletidas a luz da tradição crítica em consonância com as propostas pós-críticas, favorecendo as reflexões sobre currículo escolar.

Reside, no exposto, um aspecto que necessita ser amplamente discutido e revisitado, constituindo-se em uma questão que provoca inquietações. De que espaço democrático nos referimos quando situamos a escola como tal? Esta questão se desdobra em outras provocações acerca da compreensão de espaço democrático, dentre elas, podemos apontar a necessidade de tornar a escola um espaço em que a multiplicidade, pluralidade e as diferenças sejam percebidas como elementos singulares e necessários à formação crítica dos sujeitos e da compreensão de sociedade. É preciso perceber, ainda, a importância de desmitificar a concepção de democracia presente, diferindo a mesma de cumprimento de dispositivo legal.

Em outras palavras, compreender a escola como espaço democrático é diferente de compreendê-la como instituição social que contempla e cumpre disposições legais. Ou seja, a escola democrática pressupõe a participação e a interação, de forma a proporcionar vez e voz a todos os sujeitos que a caracterizam e, neste processo dialógico, compreender estas manifestações (sem absolutizá-las) mas estabelecendo nexos e aproximações entre as contribuições que ecoam de vozes muitas vezes silenciadas pela própria organização interna.

Em outra direção, a convergência entre o curta e as contribuições de Negri (2010) aproximam-se à medida que compreendemos a necessidade de promover, no contexto escolar, ações que tornem este espaço dialógico e prático, convergentes com a perspectiva inclusiva, essencialmente em seu currículo, ao afirmar que “[...] alguns espaços poderiam representar um esforço de diálogo entre as diferenças, necessário para compreensões parciais e o respeito mútuo, superando estereótipos e pré-julgamentos e possibilitando a construção de identidade” (NEGRI, 2010, p.288-289).

De fato, o diálogo entre o curta “Inclusão” e as contribuições de Santos e Santiago (2011) e Negri (2010) convergem na possibilidade de pensar o processo de inclusão a partir de diferentes elementos, quer sejam eles do espaço em que ocorrem, das barreiras a serem enfrentadas e superadas, bem como, da necessidade de pensar estes espaços (e currículo) como aliados no processo de promoção da inclusão.

Assim, compreendemos que o vídeo sensibiliza, impacta e escancara situações que aludem e retratam o que muitas vezes é vislumbrado e vivenciado no contexto escolar, enquanto os textos sinalizam possíveis caminhos para repensar, visitar e reorganizar práticas e ações no contexto escolar, reforçando a premissa que o currículo, a escola e seu entorno podem contribuir para uma quebra de paradigmas sobre a inclusão.

Nesta esteira, a partir do momento em que a escola se articula em torno da compreensão e das práticas que contemplem todos os alunos em suas particularidades, singularidades, necessidades e facilidades (competências e habilidades) estaremos, de fato, vislumbrando a possibilidade de uma educação inclusiva, em que o aluno possa perceber-se como pertencente àquele espaço e tempo, reforçando, assim, a necessidade da escola promover práticas de pertencimento do aluno em seus espaços. Ou ainda, a partir do momento que a escola e seu entorno compreendem que as diferenças os aproximam, teremos um espaço que possa acolher a todos e, a partir destas diferenças,

trabalhar questões amplas e complexas como o preconceito, a discriminação e a exclusão.

Ao pensar um espaço democrático e inclusivo, precisamos pensar as diferenças e considerar a subjetividade dos sujeitos, que muitas vezes demonstram práticas de exclusão pelas vivências familiares, culturais, econômicas, etc. A quebra de paradigmas, neste sentido, torna-se necessária, pois a escola não pode continuar a reproduzir e aceitar que alunos, professores, entre outros atores, promovam práticas de exclusão de alunos sob qualquer pretexto, tal como vislumbramos o que ocorreu com a “Bola” no curta “Inclusão”.

Enquanto espaço de construção do conhecimento, da formação integral dos sujeitos, a escola, através de seu currículo e da prática dos professores, deve articular-se em torno da formação crítica dos sujeitos, instigando-os a refletirem sobre as suas atitudes, possibilitando-lhes perceberem o quanto a humanização, o respeito e a resiliência devem permear as ações e práticas em sociedade. Esta compreensão, no entanto, foi negligenciada na prática das cenas do curta “Inclusão”, o que de fato contribuiu para compreendermos o quanto estas percepções são necessárias de serem compreendidas e alinhadas, e práticas e ações para que as experiências vivências pela “Bola” não sejam reproduzidas no cotidiano escolar.

Para tanto, infere-se a necessidade de pensar o currículo escolar numa perspectiva que contemple os elementos que permeiam o contexto socioeconômico em que os sujeitos estão inseridos, considerando as necessidades dos mesmos (sem absolutizá-las), estabelecendo nexos com as diferentes áreas do conhecimento e componentes curriculares que proporcionem maior independência aos sujeitos.

O processo de pensar o currículo a partir das demandas e emergências dos sujeitos no contexto escolar requer ajustar a realidade que se apresenta articulada com a sua funcionalidade e a perspectiva de instrumentalizar os sujeitos considerando seus conhecimentos prévios, suas vivências e experiências.

De forma análoga, se no curta-metragem “Inclusão” a tese de pensar o currículo como ferramenta para propor situações de aprendizagem e autonomia, o cenário e os elementos deveriam apresentar outros comportamentos e desdobramentos, como por exemplo, a aproximação da protagonista com pares que se assemelhavam, do conhecimento de onde a mesma poderia interagir, ou ainda, de que os outros atores poderiam e deveriam previamente conhecer as características e intencionalidades da “Bola”, compreendendo-a, sem a necessidade de excluí-la.

Nesta esteira, compreendemos que a escola e o seu entorno (aqui contemplando todas as instâncias e esferas que a compõem) precisam articular-se, organizar-se e estruturar-se na perspectiva de um currículo narrativo, tal como destaca Goodson (2007). Este currículo se efetiva com um processo que se constrói e se desenvolve durante o percurso formativo e de desenvolvimento de alunos e professores.

A articulação, neste contexto, ocorre na perspectiva de considerar o desenvolvimento contínuo das diferentes e amplas possibilidades que se apresentam durante o percurso formativo, considerando as necessidades, potencialidades, competências e habilidades. Assim, aproximando-se das contribuições anteriores, vislumbraríamos, a partir do curta “Inclusão”, em consonância com Santos e Santiago (2011) e Negri (2010), a possibilidade de explorar e tencionar novos caminhos para pensar o currículo e as práticas partindo das experiências da protagonista do curta.

Neste sentido, o currículo não se torna pragmático, engessado e estanque, ele admite as narrativas, histórias de vida e vivências que fazem parte do contexto do grupo. Assim, torna-se mais significativo para o processo de ensino e aprendizagem e possibilita que as diferenças sejam melhor compreendidas, aceitas, respeitadas e consideradas como parte de um processo que se estabelece com a maior e efetiva participação dos sujeitos.

Desta forma, como vislumbrado no curta “Inclusão”, os espaços e contextos, tal como o currículo, são campos de disputas, de tensões, de interesses, de avanços e recuos que se constituem e alicerçam a partir das concepções e práticas que se instituem e permeiam nestes campos.

Enfrentar os processos de exclusão e qualificar as práticas de inclusão, constituem-se em desafios emergentes em uma sociedade que ainda se utiliza da métrica do padrão de igualdade e diferença para considerar e classificar os semelhantes. A medida que avançarmos na sensibilização e possível quebra de paradigmas, entre eles, extirpar o preconceito, estaremos explorando novos horizontes e nos movendo para promover a inclusão.

Para tanto, precisamos pensar e acolher os/as inúmeros(as) “Bolas” que não são acolhidos e considerados e sim, excluídos, especialmente na escola, promovendo práticas e fazeres pedagógicos centrados no atendimento a todos, contemplando as singularidades e especificidades que se apresentam.

Considerações finais

Ao refletir de forma crítica sobre a relação da inclusão com planejamento e currículo, interseccionando o diálogo com as contribuições de um curta-metragem, vislumbramos que a escola, enquanto espaço dialógico, deve se alicerçar em práticas democráticas, não apenas garantindo o direito de acesso e permanência dos sujeitos, e sim, deve articular-se de modo que todos estes sujeitos, com suas particularidades e especificidades, sejam protagonistas de um processo dinâmico, possibilitando que todos possam, indispensavelmente, serem respeitados.

Um dos desafios que se apresenta a partir desta reflexão, consiste justamente em identificar os caminhos que podem ser explorados para tornar o espaço escolar acolhedor, humanizado e inclusivo a toda e qualquer diferença, afinal, somos todos diferentes em nossas igualdades.

Ao olharmos a escola na contemporaneidade como um território múltiplo, diverso, permeado por tensões e, apesar de sua intencionalidade, ainda vislumbramos em seu cotidiano práticas excludentes, sejam ações de convívio, de falta de interação, de empatia, de acolhimento, ou ainda, aquelas promovidas pelas barreiras estruturais. De fato, este espaço é marcado por disputas, por ações e práticas que ainda precisam ser enfrentadas para transpor as barreiras que se impõem à prática pedagógica.

Evidenciam-se, ainda, fragilidades sobre como se estabelecem as ações que possibilitem tornar este contexto menos excludente, uma vez que a escola e seu entorno se organizam a partir de pressupostos e normativas que contemplam o atendimento a todos, porém, não sinaliza, na maioria das vezes, a forma como se articula para trabalhar com a diversidade presente.

Referências

ABRAMOWICZ, A.; RODRIGUES, T. C.; CRUZ, A. C. J. da. **A diferença e a diversidade na educação**. Contemporânea. São Carlos, 2011, n. 2. p. 85-97.

APPLE, M.W. A política do conhecimento oficial: faz sentido a ideia de um currículo nacional? In: MOREIRA, A. F.; TADEU, T. (Orgs.). *Currículo, cultura e sociedade*. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

BONETI, L. W. Estado e exclusão social hoje. In: ZARTH, P. (Org.). **Os caminhos da exclusão social**. Ijuí: Unijuí, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política nacional de educação especial na perspectiva inclusiva**. Brasília, 2008.

ESTEBAN, M. T. Diferença e (des)igualdade no cotidiano escolar. In: MOREIRA, A. F. B.; PACHECO, J. A.; GARCIA, R. L. **Currículo: pensar, sentir e diferir**. Rio de Janeiro, DP&A, 2004.

GOODSON, I. **Currículo, narrativa e o futuro social**. RBE, 2007.

GOMES, N. L. Diversidade e Currículo. In.: Brasil. **Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica**. Departamento de Políticas de Educação Infantil e Ensino Fundamental. Indagações sobre Currículo. Brasília, 2007.

HADDAD, S.; GRACIANO, M. A educação entre os direitos humanos. Campinas: Autores Associados; São Paulo: Ação Educativa, 2006

LEAL, R. B. Planejamento de ensino: peculiaridades significativas. **Revista Iberoamericana de Educación**, Buenos Aires, v. 37, n. 3, p. 2-7, jan./abr. 2005.

MANTOAN, T. M. E. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MATOS, M. A. S. **Cidadania, diversidade e educação inclusiva: um diálogo entre a teoria e a prática na rede pública municipal de Manaus**. Manaus: Edua. 2003.

NEGRI, S. de R. Um currículo democrático na contemporaneidade: desafios e possibilidades teóricas. **Educação em Perspectiva**, Viçosa, MG, v. 1, n. 2, 2010.

OMOTE, S. A formação do professor de educação especial na perspectiva da inclusão. In: BARBOSA, R. L. L. (Org.). **Formação de educadores: desafios e perspectivas**. São Paulo: Ed. da UNESP, 2003. p.153-169.

PADILHA, P. R. **Planejamento dialógico: como construir o projeto político-pedagógico da escola**. São Paulo: Cortez, 2001.

ROUDINESCO, E. Filósofos na tormenta: Canguilhem, Sartre, Foucault, Althusser, Deleuze e Derrida. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 2007.

SACRISTÁN, J. G. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. 3. ed. Tradução de Ernani F. da Fonseca Rosa. Porto Alegre: Artmed, 2006.

SACRISTÁN, J. G. Currículo e diversidade cultural. In: SILVA, T. T. da S.; MOREIRA, A. F.(Orgs). Territórios contestados – **O currículo e os novos mapas políticos e culturais**. Petrópolis. Editora Vozes. 3 ed. 1999.

SANTOS, M. P. dos., SANTIAGO, M, C. As múltiplas dimensões do currículo no processo de inclusão e exclusão em educação. **Espaço do Currículo**, 2011.

WEIKERSHEIME, R. **Inclusão**. Youtube, 01 set. 2010. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_KWUhzYzhIQ . Acesso em: 20 fev. 2022

Recebido em abril de 2022.
Aprovado em maio de 2022.